



OS SERTÕES: PROJETO CIVILIZATÓRIO E MODERNIDADE

Fernanda Cizescki¹
Antonio Serafim Pereira²
Celdon Fritzen³

Resumo

No intuito de contribuir para a reflexão sobre a formação do pensamento brasileiro e discutir o projeto civilizatório oferecido pela elite brasileira do século XIX, este artigo identifica e problematiza a visão de modernidade contida na obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Partindo disso, busca-se interpretar o alcance e o valor hodierno das críticas e sugestões por ele elaboradas.

Palavras-chave: projeto civilizatório, modernidade, Euclides da Cunha.

Este artigo provém de uma pesquisa em que se estudaram alguns dos intelectuais referidos como a Geração de 1870: Rui Barbosa, José Veríssimo e Euclides da Cunha.⁴ Tal pesquisa visava a contribuir para a reflexão sobre a formação do pensamento educacional brasileiro, por meio do rastreamento do pensar

¹ Acadêmica da 9ª fase do Curso de Letras da UNESC, orientanda. E-mail: blacklilith69@yahoo.com.br.

² Mestre, orientador. E-mail: aspasp@terra.com.br

³ Doutor, orientador. E-mail: cfr@unesc.net

⁴ CIZESCKI, Fernanda; SILVEIRA, Crislaine Pereira. *Educação e Modernidade*. Criciúma: UNESC, 2005.



pedagógico e da discussão sobre o projeto civilizatório oferecido pela elite brasileira da época. Apresentar-se-á aqui a discussão concernente a Euclides da Cunha e seu projeto de busca da identidade nacional.

Contexto

Ao longo do século XIX, têm destaque as mais diversas tensões mundiais provocadas pela expansão do modelo capitalista e do liberalismo. Entre elas, merece ênfase o desenvolvimento acelerado que, ocorrendo por meio de freqüentes inovações e aperfeiçoamentos em inúmeros setores, impulsionava-se pelos ideais iluministas, imerso na euforia positiva da *Belle Époque* e na industrialização demandada pela ânsia de progresso. Assim, a partir da metade do dito século, inicia-se a segunda Revolução Industrial e, com ela, consolida-se o capitalismo como modelo econômico. Necessária, para isso, foi a adequação da estrutura sócio-político-econômica dos países, e todos os setores, em maior ou menor escala, foram afetados.

De acordo com Romanelli (2002), essas transformações influenciaram diretamente o Brasil no que concerne ao início de sua modernização, pois foi nas últimas décadas do século XIX que, por pressão do novo modelo econômico, iniciaram-se as mudanças no país. Diga-se que o Brasil possuía uma sociedade basicamente agrícola, a qual não necessitava da escola, pois os instrumentos utilizados para tal trabalho não eram nem um pouco modernos e a existência de máquinas era praticamente nula.

Conforme Machado (2002), o Brasil foi um dos últimos países da América Latina a abolir a escravidão, pois o governo tinha receio de que, com a libertação, não houvesse mais mão-de-obra e de que, depois de os escravos livres, a natureza possuísse recursos suficientes para sustentá-los. Com isso, eles não trabalhariam e ocasionariam uma crise em termos de produção nacional.

Apesar de todos os riscos, era necessário estabelecerem-se algumas alterações primordiais: a troca do trabalho escravo pelo livre (ou assalariado); a implantação do regime republicano em detrimento do monárquico, unida à separação entre Estado e Igreja; e a substituição da economia agrícola pela industrial. Obviamente, cada uma dessas mudanças originaria conseqüências: precisar-se-ia de meios para dominar os escravos recém-libertos, surgiria a necessidade do sufrágio universal para a consolidação da “democracia” e o conhecimento técnico tornar-se-ia vital para a indústria. Vale lembrar que, nos anos próximos à Proclamação da República, o maior desejo da burguesia nacional (camada em ascensão na época) era aproximar-se do modelo dos países desenvolvidos.



Em linhas gerais, a modernização brasileira devia caminhar de acordo com o modelo capitalista e com as pressões internas e externas ao país. Internamente, havia pressão para que o país, ao industrializar-se e estabelecer as reformas necessárias, pudesse superar o atraso em relação aos países desenvolvidos. Externamente, o capitalismo europeu já não estava bem e a crise de superprodução pressionava os países a se industrializarem. Assim, a bomba não explodiria lá e haveria mão-de-obra (no caso, os operários europeus desempregados) para os países em vias de industrialização como o Brasil. Este acabou encontrando na imigração o solucionar de seus problemas. Porém, para a industrialização se efetivar, era preciso implantar o capitalismo e modernizar o país, que ainda vivia em regime monárquico.

Nesse contexto, intelectuais brasileiros, imbuídos de um espírito de engajamento social, encontram no processo civilizatório o caminho mais seguro para efetivarem as mudanças requeridas. Dentre eles, situa-se Euclides da Cunha, foco do presente artigo, que, alicerçado pela ciência, tentou desvendar o cerne da nacionalidade brasileira, atribuindo-o ao sertanejo, e buscou conhecer melhor o Brasil traçando um panorama da geografia e do clima dos sertões.

Com o cientificismo euclidiano, tornou-se possível a ele aproximar-se de um dos maiores problemas de sua geração: o impasse provocado por uma ciência que se amparava na teoria racial. Aqui vale relembrar que o Iluminismo trouxera consigo uma vanguarda científica que ansiava por desenvolver diversas formas de conhecimento. Entre elas, situavam-se a história, geografia, antropologia, filologia. Por meio delas, os cientistas buscavam entender a formação das raças, seu comportamento, a influência mesológica e biológica exercida sobre os humanos e, no caso da psicologia social, os estudos se centravam em investigar o comportamento e as tendências imitativas das massas. Das teorias advindas dessas ciências, surgiu a idéia de que raças puras, ou seja, homogêneas, eram mais fortes e intelectualmente superiores às mestiças. Esse impasse, que fez parte do pensamento da Geração de 1870, é apresentado de forma muito forte em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e será aprofundado posteriormente. Por enquanto, pode-se afirmar que Euclides preocupou-se bastante com a formação antropológica brasileira e com a transposição das ciências em geral.

Autor e obra

Quando jovem, Euclides da Cunha foi um republicano militante, chegando a afrontar o Ministro da Guerra e, por isso, ser excluído do Exército. Após a



Proclamação da República, no entanto, foi readmitido e cursou a Escola Superior de Guerra, formando-se em Engenharia Militar e bacharelando-se em Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Após sua saída do Exército, foi para São Paulo. Lá colaborou para o jornal *O Estado de São Paulo* e acabou sendo por ele enviado a Canudos para acompanhar as ações militares. Daí surge *Os Sertões*, obra capital de Euclides da Cunha que servirá como base para esta pesquisa. Subdividido em três partes – *A Terra, O Homem e A Luta* – o livro busca integrar a visão científica em voga com o fazer literário, no intuito de desvendar quais seriam as possíveis origens antropológicas do brasileiro. Na primeira parte do livro, o autor lança mão de análises e observações a respeito da região das secas, tentando levantar suas possíveis causas. Em *O Homem*, utiliza-se da idéia de condicionamento do meio e de herança biológica para estudar a gênese do jagunço e de Antônio Conselheiro. Já na terceira parte, há a narrativa dos combates gerados pelas expedições a Canudos e de suas falhas. Aqui o positivismo do Estado republicano em relação ao processo civilizatório é vivamente criticado por meio da análise das tropas e dos comandantes do Exército, cujas atitudes chegam, segundo Euclides, a superar a barbárie dos habitantes de Canudos. Segundo Villas Bôas (1998), o autor ficava perplexo com a força dos tempos modernos e buscava guiar numa única direção o que havia de mais díspar em relação a pensamentos, valores e experiências sociais. Para ela, o fato de Euclides ter presenciado o extermínio dos sertanejos o levou “a lidar irresistivelmente com a tragédia que punha em xeque suas crenças e ideais republicanos e modernos” (BÔAS, 1998, p. 150). Além disso, “ao vislumbrar o dilema de homens e mulheres marcados pelo confronto entre cultura e civilização, interior e litoral, natureza e história, mudança e conservação, tomou a si o desafio de buscar caminhos para resolver o impasse” (BÔAS, 1998, p. 150).

Constituição de uma identidade brasileira

Na Europa, a ânsia por homogeneizar os cidadãos fez com que os europeus criassem mitos de origem e preservassem uma história passada que fizesse as pessoas se sentirem parte de um todo. Assim surge a idéia de nação e é ela que contribui para formar cidadãos que podem se integrar em meio a disparidades e se entender como responsáveis uns pelos outros. É a par disso e do dilema supracitado que, no Brasil, surge a pergunta: onde encontrar um mito de origem e construir uma história original que englobasse todos os brasileiros para incutir-lhes a idéia de nação? Euclides da Cunha, com *Os Sertões*, parece responder tanto a essa pergunta quanto aos anseios de outros intelectuais para que



conhecêssemos verdadeiramente o Brasil e encontrássemos o cerne de nossa nacionalidade. Ainda de acordo com Villas Bôas (1998), a terra escolhida para abrigar o mito é aquela descrita na primeira parte do livro: inóspita, deserta, climaticamente desequilibrada, porém é ela que constitui o “chão sagrado” da região sertaneja. Para Euclides, é esse solo que corrobora a construção de uma identidade valente e forte, embora mestiça. Além disso, é essa terra que o ajuda a enfrentar o problema da não existência de unidade racial no país e de um tipo antropológico brasileiro. Ele compara a mestiçagem que houve no litoral à do interior dos sertões, mostrando que, enquanto no litoral prevaleceu o cruzamento entre brancos e negros (esses negros, geralmente, já vinham mestiços), no interior, a ênfase foi entre brancos e índios. Para o autor, foram os sertões que protegeram seu povo, impedindo o contato com os efeitos da civilização e seu caráter imitativo, evitando cruzamentos desmedidos entre raças diferentes. Vale dizer aqui que a base do pensamento euclidiano, nesse caso, está na teoria racial: a heterogeneidade ou a mistura de raças causa sua degeneração moral e física:

O mestiço – mulato, mameluco ou cafuz –, menos que um intermediário é um decaído sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores. Contrastando com a fecundidade que acaso possua, ele revela casos de hibridismo moral extraordinários: espíritos fulgurantes, às vezes, mas frágeis, inquietos, inconstantes, deslumbrando um momento e extinguindo-se prestes feridos pela falibilidade das leis biológicas, chumbados ao plano inferior da raça menos favorecida. (CUNHA, 2003, p. 111)

Sendo assim, o Brasil nada mais era que um país de mestiços degenerados. Todavia, o “chão sagrado” cuidou dos seus, mantendo-os sem contato com o litoral. Por isso, os moradores do interior, embora fossem retrógrados, tinham melhor e mais rígido físico, bem como menor degeneração moral que os mulatos do litoral. Dessa forma, *Os Sertões* apresenta o homem como parte inseparável da terra e encontra nele o cerne de nossa ancestralidade, atribuindo ao interior e seu povo a idéia do mito que será posteriormente discutida. Por enquanto, deve ser ressaltado um aspecto que diz respeito à preocupação em conhecer o país, desvendar-lhe a essência e descrever toda uma parte dele, no caso os sertões, levando em consideração a história, a geografia e o clima do local. Até mesmo porque Euclides cria ser necessário definir a base nacional, mas, para que isso acontecesse, era necessário ter consciência e elaborar um saber sobre o Brasil. Para ele, havia a carência do nacional, pois não possuíamos nem uma ciência que tentasse desvendar nossa base etnológica e muito menos um estudo brasileiro sobre nossa história. Aqui entra a forte crítica feita por Euclides e sua geração em



relação aos românticos cegados pela idealização e àqueles que faziam arte pela arte, pois acreditava que a literatura deveria ser engajada e, principalmente, deveria auxiliar-nos no conhecimento das coisas pátrias. Para ele, a chave para o desenvolvimento era conhecer verdadeiramente o País. Por isso, em *Os Sertões*, Euclides se presta a descrever minuciosamente tanto a geografia dos sertões quanto o acontecimento histórico da Guerra de Canudos. Segundo Sevcenko (1983), “a preocupação de realizar uma síntese entre a linguagem literária herdada e a elocução científica do presente é, pois, consciente e constitui uma verdadeira obsessão para Euclides. É essa a razão do seu apelo veemente junto a José Veríssimo, pela adoção de uma ‘tecnografia literária’” (p. 135). Outro aspecto importante é o interesse de Euclides em associar sua perspectiva crítica ao “impulso organizatório em sua obra, ensejando um conjunto de reformas que se alinhavam num projeto alternativo para o encaminhamento da sociedade brasileira” (SEVCENKO, 1983, p. 148). Existe também a “vitória inexorável do industrialismo, apresentando-o como a própria consagração das virtudes superiores do liberalismo econômico e político. (...) Como efeito da ação conjugada da Ciência, da Indústria, do Direito e da Evolução, que os articula e os constringe, é que floresce, soberana, a Civilização” (SEVCENKO, 1983, p. 150).

Euclides X Ciência

Ainda no que concerne ao cientificismo, pretende-se discutir quais os limites de sua aplicação e a forma como foram transpostas as teorias, principalmente quando relacionadas às pretensões literárias da obra.

Ao longo do livro, são encontradas diversas teorias, mas, nesta pesquisa, serão citadas apenas as mais relevantes para o entendimento geral da obra. Entre as teorias utilizadas por Euclides, o evolucionismo aparece enfaticamente desde a *Nota Preliminar*. Segundo Costa Lima (1997), o problema dessa teoria foi ter criado para o autor d’*Os Sertões* certo embaraço. Isso ocorre porque aqui – ao contrário dos evolucionistas europeus que possuíam uma raça praticamente homogênea – a mestiçagem dava-se em alta escala. É assim que surge a primeira problemática do livro: firmar a proposta de uma essência ou mito nacional numa sub-raça, a sertaneja, que estava fadada ao desaparecimento. Conseqüentemente, por mais que a atitude do governo tenha tido um caráter criminoso, o evolucionismo suavizava o ato assassino, limitando-o ao aspecto humanitário. Por isso, a denúncia de Euclides “se manifestou em independência da explicação científica que adota” (LIMA, 1997, p. 27), ou seja, a teoria não foi a base da denúncia por não dar conta dela. É nesse ponto que surge a idéia do mito de essência. Ele



aparece como uma saída para os problemas causados pelo evolucionismo. Porém, se a essência étnica tinha um alcance mítico, “considerar mítico ou transcendental o núcleo essencialista do livro supõe a descrença no projeto enquanto científico que o sustentara” (LIMA, 1997, p. 49). Como não seria possível dar a uma obra de caráter científico e anti-romântico uma base que se firmasse na essência – geralmente presente em discursos metafísicos e religiosos – ela acaba sendo transfigurada pelo mito. Todavia, o mito e as características românticas e literárias aparecem na obra somente quando podem ser respaldadas cientificamente, tornando-se aceitáveis. Em outras palavras, tais características só aparecem quando não invalidam a proposta científica e engajada da obra. Por isso, a idéia do mito de essência não poderia ser descartada do texto. Caso fosse, a morte da população de Canudos não poderia ser encarada como um massacre, mas sim como uma fatalidade, como se o Exército só tivesse acelerado uma morte que já estava predestinada.

Para Costa Lima, a ciência, em Euclides, aparece com uma finalidade ora pontual, ora totalizante. No caráter pontual, insiste nas falhas cometidas incansavelmente pelo Exército, desde a primeira até a última expedição. Essas falhas eram marcadas pela falta de informação sobre o meio e pela forma como os oficiais teriam utilizado os manuais de guerra estrangeiros. N’*Os Sertões*, há a comparação entre o desempenho dos oficiais – que imitaram grosseiramente as técnicas – sem aplicá-las efetivamente – e a desenvoltura do sertanejo que, embora não estivesse de posse desse material, ganhava pelo conhecimento de terreno e pela adequação ao clima. Esses erros do Exército começaram antes mesmo de se organizar a primeira expedição, pois os oficiais transpuseram o que mal entenderam, sem alterações, para um local desconhecido e absolutamente diverso do estrangeiro. O motivo dessa atitude vem do caráter “parasitário” dos mestiços degenerados do litoral. A mestiçagem os formava incapazes de abstrair eficazmente as técnicas e transpô-las. Dessa forma, falhas pontuais cometidas pelo Exército desvendam uma totalidade que se relaciona à mestiçagem do litoral. É assim que os jagunços com grau inferior de mestiçagem adquiriram vantagem, ou seja, o profundo conhecimento do jagunço retrógrado superou a pseudo-leitura dos oficiais degenerados.

Além da antropologia biológica, um outro aspecto relevante é o da psicologia social das massas. Aqui cabe pensar na totalização psicossocial: as massas, independentemente de serem mestiças, acabam sendo sempre vítimas da imitação e subjugadas por seu chefe. Assim, enquanto o Exército, com todas as suas falhas e atitudes criminosas, seria reflexo do governo republicano, a massa de Canudos refletiria as características de Antônio Conselheiro.



Espécie de grande homem pelo avesso, Antônio Conselheiro reunia no misticismo doentio todos os erros e superstições que formam o coeficiente de redução de nossa nacionalidade. Arrastava o povo sertanejo não porque o dominasse, mas porque o dominavam as aberrações daquele. Favorecia-o o meio e ele realizava, às vezes, como vimos, o absurdo de ser útil. Obedecia à finalidade irresistível de velhos impulsos ancestrais; e jugulado por ela espelhava em todos os atos a placabilidade de um evangelista incomparável (CUNHA, 2003, p. 168).

Para Euclides da Cunha, ciência e totalização são indubitavelmente equivalentes. Por isso, de acordo com Costa Lima, ele não se restringe à antropologia biológica e à psicologia social, pois ambas têm como base de estudo o homem. Para que houvesse totalidade, era necessário analisar o homem de acordo com o meio. Então, entra em cena o determinismo de Taine. Todavia, Euclides apenas se afastava de Taine o suficiente para que se seguisse com mais vigor seu projeto. É assim que, em vez da ordenação “raça, momento e meio”, inicia sua abordagem pelo último, identificando-o com a terra, fonte de uma primeira totalidade, a que se ajustará a segunda, representada pela indagação étnica da formação brasileira. Desse modo, a indagação do “momento” correspondente à “Luta” será presidida pelas duas determinações anteriores, e a expansão épica que recebe em nada contrariará o projeto cientificista que o comandará (LIMA, 1997, p. 101).

Da transposição de teorias

Euclides utilizava as teorias da maneira como lhe parecia melhor: politizando-as, dando maior importância às considerações biológicas e, principalmente, não deixando claras as referências usadas. Dessa forma, o autor escapava dos embaraços e contradições com que poderia se deparar caso aplicasse fielmente todas elas. Euclides via na ciência a única verdade e, por isso, fugia de determinados aspectos das teorias que pudessem mostrar as falhas de sua aplicação ou indicar um caminho não relacionado ao cientificismo.

Além disso, parece que essas teorias não satisfazem, ou antes, não dão conta do fato explorado pelo autor, como é o caso da mestiçagem *versus* o evolucionismo. E por que não são suficientes? Ora, trata-se da aplicação de teorias feitas por estrangeiros que vivem numa realidade completamente distinta da brasileira. Vê-se aqui que, embora Euclides criticasse o “parasitismo” do litoral, ele mesmo não conseguia se desvencilhar completamente da importação e imitação de bens culturais/científicos. Obviamente, não são essas questões de



aplicabilidade científica que teriam o poder de diminuir a grandeza de *Os Sertões*. Ao contrário, elas acabam revelando os conflitos das idéias dos intelectuais da Geração de 1870 e auxiliando no entendimento do contexto, na medida em que tornam mais claros os problemas da transposição de teorias. A obra mostra-se como importante por apresentar críticas às atitudes do governo republicano por meio da análise do Exército, tentar descrever cientificamente uma região do Brasil e encontrar uma identidade nacional nela e no seu povo.

Por mais que, com o passar do tempo, o Brasil tenha sido mais profundamente estudado em relação ao clima, à geografia, à história, o grande problema da não reflexão acerca das teorias aqui aplicadas perdura. Principalmente na área da pedagogia, diversos autores estrangeiros são tomados não somente como base de pensamento, mas muitas vezes como manual a ser seguido. Dessa forma, incide-se no mesmo problema supracitado: aplicam-se teorias que nada têm a ver com a realidade brasileira, ao invés de tomá-las como auxiliares no processo de criação de algo que retrate as necessidades do País. Por isso, este artigo visa também a incitar a necessidade de reflexão sobre aquilo que se pensa ser aplicável aqui, mas que, na verdade, trabalha com uma outra visão de mundo, com uma realidade completamente distinta.

Abstract

This paper tries to contribute to the reflection on Brazilian thought and discusses the civilizational project offered by 19th Brazilian elite. It identifies and problematizes the view of modernity present in *Os Sertões*, by Euclides da Cunha. We intend to interpret the influence and the value of his critique and suggestions.

Keywords: civilizational project, modernity, Euclides da Cunha.

Referências Bibliográficas

BÔAS, Gláucia Villas. Iluminista e romântico: o tempo passado em *Os sertões* de Euclides da Cunha. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, v. (suplemento), julho 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Cia. das Letras; 1987.



CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (orgs.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 1997.

LIMA, Luiz Costa. **Terra Ignota: a construção de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1988.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

